JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.06.13 06:35:24 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 13 de junho de 2024 • Nº 1822 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CÂMARA

Urgência para equiparar aborto a homicídio

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a urgência de votação para um projeto de lei que equipara ao crime de homicídio o aborto realizado após 22 semanas de gestação e com viabilidade do feto, mesmo quando a mulher grávida tenha sido vítima de estupro, em uma iniciativa de enfrentamento ao Supremo Tribunal Federal (STF). A votação aconteceu de modo simbólico e sem que o nome do projeto fosse citado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Alguns parlamentares sequer perceberam o que estava sendo definido. Houve reclamações sobretudo do PSOL, que é contrário à iniciativa. O projeto tem o apoio da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e da bancada da bala, três dos grupos mais conservadores do Legislativo brasileiro. PÁGINA 8

IPCA

STF: FGTS deve garantir correção pela inflação

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) não podem ser corrigidas somente pela Taxa Referencial (TR), taxa com valor próximo de zero. Com a decisão, as contas deverão garantir correção real conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no país. A nova forma de correção vale para novos depósitos a partir da decisão do Supremo e não será aplicada a valores retroativos. Após o julgamento, a assessoria de imprensa do STF esclareceu que a nova correção deverá ser aplicada ao saldo atual das contas a partir da publicação da ata de julgamento, que deve ocorrer nos próximos dias. Pela deliberação dos ministros, fica mantido o atual cálculo que determina a correção com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. A soma deve garantir a correção pelo IPCA. Contudo, se o cálculo atual não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do FGTS estabelecer a forma de compensação. O índice acumulado nos últimos 12 meses é de 3,9%. A proposta de cálculo foi sugerida ao STF pela Advocacia-Geral da União(AGU), órgão que representa o governo federal, após conciliação com centrais sindicais durante a tramitação do processo. O caso começou a ser julgado pelo Supremo a partir de uma ação protocolada em 2014 pelo partido Solidariedade. PÁGINA 2

MINISTRO DE LULA

PF indicia Juscelino por corrupção e desvios de recursos da Codevasf

ANTONIO CRUZ/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) finalizou as investigações sobre desvio de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e indiciou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (**foto**). A corporação imputa ao ministro supostos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O relatório da investigação aportou no gabinete do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, na terça-feira passada. Agora, o ministro deve remeter os autos para a Procuradoria-Geral da República, para que ela se manifeste sobre uma eventual denúncia no caso ou peça novas diligências. O indiciamento se dá na esteira da Operação Benesse, fase ostensiva da investigação que foi aberta em setembro de 2023. PÁGINA 8

IBGE

Setor de serviços cresce 0,5% em abril

O volume de serviços no país cresceu 0,5% na passagem de março para abril, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a segunda alta consecutiva do indicador, que já havia avançado 0,7% de fevereiro para março. De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), o setor cresceu 5,6% na comparação com abril do ano passado, 2,3% no acumulado do ano e 1,6% no acumulado de 12 meses. Três das cinco atividades do setor de serviços investigadas apresentaram alta de março para abril deste ano. PÁGINA 2

SÃO PAULO

Tarcísio libera privatização de serviços não pedagógicos

PÁGINA 7

CONTAS PÚBLICAS

TOMAZ SILVA/ABRASIL

BNDES vai dobrar percentual do lucro repassado ao Tesouro

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante (**foto**), anunciou ontem que o banco público vai dobrar a parte dos lucros repassada ao Tesouro Nacional. O esforço, segundo ele, é para ajudar no equilíbrio das contas públicas. O anúncio foi durante o FII Priority Summit, evento patrocinado pelo governo da Arábia Saudita, que reuniu no hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, personalidades globais dos setores públicos e privado. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -1,40% / 119.936,02 / -1.699,04 / Volume: R$ 58.608.909.523 / Negócios: 4.981.145

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
EMBRAER ON NM	39.97	+2.99	+1.16
MRV ON NM	6.92	+1.02	+0.07
WEG ON NM	38.07	+0.71	+0.27
GERDAU PN N1	17.37	+0.70	+0.12
PETRORIO ON NM	42.69	+0.33	+0.14

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	11.45	–7.96	–0.99
COGNA ON ON NM	1.69	–7.14	–0.13
DEXCO ON NM	6.58	–4.91	–0.34
RAIZEN PN N2	2.670	–4.64	–0.130
VAMOS ON NM	7.220	–4.24	–0.320

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN EDJ N2	35.82	–2.20	–0.81
VALE ON NM	60.14	–1.38	–0.84
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	31.50	–0.16	–0.05
BRADESCO PN EJ N1	12.69	–1.86	–0.24
PETROBRAS ON EDJ N2	37.51	–1.90	–0.73

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.712,21	-0,09
NASDAQ Composite	17.608,435	+1,53
CAC 40	7.864,7	+0,97
FTSE 100	8.215,48	+0,83
DAX	18.630,86	+1,41
Ftse Mib	34.358,83	+1,43

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	0,89% (mai.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,46% (mai.)	Compra: 5,8875	Venda: 6,0675
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(08/05)	10,50%	(08/05)	10,40%	Compra: 5,3891	-0,69%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(13/06)	0,0865%	BM&F/grama	R$ 406,12	Compra: 5,4060	Venda: 5,4066
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(13/06)	0,5869%	Compra: 5,8416	Venda: 5,8422	Compra: 5,4092	Venda: 5,5892

MERCADOS

Bolsa volta a renovar mínima do ano, abaixo dos 120 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL

Com a atenção global concentrada, à tarde, na decisão de política monetária do BC dos Estados Unidos, e aos comentários do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se manteve, ao fim sem sucesso, na defesa dos 120 mil pontos, após ter retomado um degrau, aos 121 mil, no dia anterior. Nesse contexto de aversão a risco induzida por fatores internos, as perdas na Bovespa se espalharam desde a manhã entre as blue chips, as ações de primeira linha.

No fechamento, com o Ibovespa (Índice Bovespa) em queda de 1,4%, aos 119.936,02 pontos, no menor nível de encerramento desde 9 de novembro, então aos 119 mil, as perdas do dia chegavam a 2,11% e 2,42% para Petrobras ON e PN, respectivamente, com Vale ON em baixa de 1,38% e retração de até 2,07% em BB ON, entre os grandes bancos.Desde 28 de maio, é a nona renovação de mínimas do ano, em fechamento, pelo Ibovespa - no mesmo intervalo, houve 11 sessões Pela liquidez, as grandes ações de commodities e de instituições financeiras são vistas como portas de entrada e de saída preferencial do investidor estrangeiro - um fluxo externo que, até o dia 10, mostrava retração de R$ 39 bilhões no ano.O giro ontem de Fed e de ruídos políticos subiu para R$ 58,6 bilhões na B3, em dia de vencimento de opções sobre o Ibovespa. Na semana, o índice da B3 cai 0,69% e, no mês, cede 1,77%, elevando as perdas acumuladas em 2024 a 10,62%.

Na ponta perdedora do Ibovespa na sessão, destaque para Magazine Luiza (-7,96%), Cogna (-7,14%), Dexco (-4,91%) e Raízen (-4,64%). No lado oposto, Embraer (+2,99%), MRV (+1,02%), Klabin (+0,84%) e Weg (+0,71%) - ao fim, 11 das 86 ações do Ibovespa conseguiram evitar perdas nesta quarta-feira.A sessão foi positiva também para o índice amplo de Nova York, o S&P 500, em alta de 0,85% - e assim como o Nasdaq, em nova máxima histórica de fechamento.

DÓLAR

Apesar de reduzir os ganhos ao longo da tarde no mercado doméstico, o dólar encerrou a sessão de ontem, em alta firme, acima de R$ 5,40, descolado do sinal predominante de baixa da moeda americana no exterior. O peso das questões internas na formação da taxa de câmbio ficou mais evidente pela manhã, quando o dólar tocou máxima a R$ 5,4299 por aqui O dólar à vista encerrou em alta de 0,84%, cotado a R$ 5,4062 - novamente no maior valor de fechamento desde 4 de janeiro de 2023 (R$ 5,4524). A moeda passou a apresentar valorização de 1,53% na semana e de 2,96% no mês.

IBGE

Setor de serviços regista crescimento de 0,5% em abril

VITOR ABDALA/ABRASIL

O volume de serviços no país cresceu 0,5% na passagem de março para abril, segundo dados divulgados ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a segunda alta consecutiva do indicador, que já havia avançado 0,7% de fevereiro para março.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), o setor cresceu 5,6% na comparação com abril do ano passado, 2,3% no acumulado do ano e 1,6% no acumulado de 12 meses.

Três das cinco atividades do setor de serviços investigadas apresentaram alta de março para abril deste ano, com destaque para os segmentos de transportes (1,7%) e de outros serviços (5%). A terceira atividade com resultado positivo foi informação e comunicação (0,4%), que atingiu, mais uma vez, seu ponto mais alto da série histórica, iniciada em 2012.

QUEDA

Ao mesmo tempo, apresentaram queda de março para abril os serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,1%) e os serviços prestados às famílias (-1,8%). Na passagem de fevereiro para março, essas atividades haviam crescido.

O índice de atividades turísticas - analisado de forma separada pelo IBGE – teve expansão de 2,3% em abril ante março. É o segundo resultado positivo do segmento, que se encontra 4,7% acima do patamar de fevereiro de 2020, mas ainda 3% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em fevereiro de 2014.

Em relação à receita nominal, o setor de serviços apresentou altas de 1,1% em relação a março, de 8,9% na comparação com abril de 2023, de 6,3% no acumulado do ano e de 5,2% no acumulado de 12 meses.

CONTAS PÚBLICAS

BNDES vai dobrar percentual do lucro repassado ao Tesouro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou ontem que o banco público vai dobrar a parte dos lucros repassada ao Tesouro Nacional. O esforço, segundo ele, é para ajudar no equilíbrio das contas públicas.

O anúncio foi durante o FII Priority Summit, evento patrocinado pelo governo da Arábia Saudita, que reuniu no hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro, personalidades globais dos setores públicos e privado. Um dos objetivos do encontro é atrair investimento estrangeiro para o país.

Ao falar com jornalistas sobre o potencial da economia brasileira, Mercadante reconheceu que o país precisa resolver a questão fiscal, ou seja, a saúde das contas públicas do governo.

A preocupação se explica porque, com o crescimento da dívida em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzido no país), alguns investidores podem se sentir receosos de investir no país, e alguns indicadores como taxa de juros futuras e câmbio podem subir.

Mercadante explicou que o BNDES vai pagar ao Tesouro Nacional 50% do lucro líquido do exercício de 2023 por meio de dividendos, patamar acima do piso de 25% determinado pela Lei das S/A. Esse valor é devido ao acionista, no caso do BNDES, a União. O desembolso seguirá o cronograma já determinado, até o mês de novembro.

"Estamos indo para quase R$ 16 bilhões, tirando recursos do nosso capital, o que não é fácil. Estamos contribuindo mais com o Tesouro, o que não é uma atitude própria dos bancos públicos, mas achamos que neste momento é muito importante", declarou. Esse montante inclui R$ 5 bilhões referentes ao lucro líquido de 2022.

Na prática, o repasse de dividendos ao Tesouro consiste em ajudar no aumento de arrecadação da União, o que entra na conta do resultado primário (receitas menos despesas, excluídos os juros da dívida pública). De acordo com Mercadante, essa contribuição não compromete linhas de crédito oferecidas pelo banco. "Temos reservas estratégicas", afirmou.

DINHEIRO SAUDITA

O evento FII Priority Summit é um fórum de discussões promovido pelo Future Investment Initiative (FII). A organização sem fins lucrativos é financiada pelo fundo soberano (espécie de poupança do país) da Arábia Saudita.

Aloizio Mercadante disse que o fundo soberano saudita mantém conversas para investimento no Brasil. Ele disse acreditar no potencial da economia brasileira como elemento capaz de atrair capital estrangeiro.

"Estamos com a menor taxa de desemprego dos últimos dez anos, o melhor nível de ocupação da história do índice que mede a evolução do mercado de trabalho, a maior massa salarial real da história do Brasil e uma taxa de crescimento da renda da população de 6,1% ao ano nos últimos 12 meses", listou.

AGOSTO DE 2020

STF: Receita não pode cobrar tributação do terço de férias

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a decisão que validou a tributação do terço de férias, em agosto de 2020, não tem efeitos retroativos. Ou seja, a Receita não pode cobrar valores não recolhidos antes da publicação da ata do julgamento. A Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat) estima que cerca de R$ 100 bilhões estão em disputa entre a União e empresas em relação ao caso.

Os ministros julgaram parcialmente procedentes os recursos do Ministério Público Federal (MPF), da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat) e de uma empresa parte no processo que pediam a modulação dos efeitos. A União defendia que a cobrança é legítima nos cinco anos anteriores ao julgamento.

Em junho do ano passado, o relator, André Mendonça, determinou a suspensão de todos os processos judiciais e administrativos que discutem o tema. Agora, como houve uma definição, as ações podem voltar a correr.

IMPORTAÇÃO

Novo edital de leilão de arroz sai em até dez dias, diz Paulo Teixeira

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O edital do novo leilão de arroz importado deve sair no prazo de uma semana até dez dias, disse ontem o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira. Ele deu a declaração após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sem fornecer mais detalhes sobre a concorrência.

Na terça-feira passada, o governo anulou a compra de 263,3 mil toneladas de arroz importado após avaliar que a maioria das empresas vencedoras não tinha capacidade financeira de honrar os contratos.

No anúncio do cancelamento, o governo informou que o novo edital terá a participação da Controladoria-Geral da União (CGU), da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Receita Federal para que as empresas participantes sejam analisadas antes do leilão.

O leilão cancelado também foi marcado por um conflito de interesses. O secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller, pediu demissão após suspeitas após informações de que o diretor de Abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Thiago dos Santos, responsável pelo leilão, tinha sido indicado diretamente pelo ex-secretário. Além disso, a FOCO Corretora de Grãos, principal corretora do leilão, é do empresário Robson Almeida de França, ex-assessor parlamentar de Geller na Câmara e sócio de Marcello Geller, filho do secretário, em outras empresas.

"O presidente Lula participou dessa decisão de anular esse leilão e proceder um novo leilão, mais aperfeiçoado do ponto de vista de suas regras. Por isso, a CGU e AGU participarão, e a Receita Federal também, da elaboração desse novo leilão, juntamente com a Conab para garantir que ele esteja em outras bases", disse o ministro Paulo Teixeira no anúncio do cancelamento na terça-feira passada, no Palácio do Planalto.

PREÇO DO ARROZ

O objetivo da importação do arroz é garantir o abastecimento e estabilizar os preços do produto no mercado interno, que tiveram uma alta média de 14%, chegando em alguns lugares a 100%, após as inundações no Rio Grande do Sul em abril e maio deste ano. O estado é responsável por cerca de 70% do arroz consumido no país.

SALÁRIO MÍNIMO

Tebet: governo não pensa em desvincular aposentadoria

IANDER PORCELLA/AE

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse ontem, que "não passa pela cabeça" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem da equipe econômica desvincular as aposentadorias da valorização do salário mínimo.

Durante audiência na Comissão Mista Orçamento (CMO), ela defendeu, contudo, uma "modernização" de outras vinculações, como as do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do seguro-desemprego e do abono salarial.

"Não passa pela cabeça do presidente nem da equipe econômica estar desvinculando a aposentadoria", declarou Tebet. Ela também negou que defenda cortes no Fundeb, o fundo que financia a educação básica, depois de ter apresentado dados da evolução dos gastos com o programa.

Nota

STF CONCLUI JULGAMENTO E DECIDE QUE SALDOS DO FGTS DEVEM SER CORRIGIDOS PELO IPCA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os saldos do FGTS devem ser corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A decisão terá efeitos somente para o futuro, sem pagamento retroativo. O resultado atende à proposta apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) após negociação com centrais sindicais.Os ministros julgaram uma ação do partido Solidariedade que questionou a remuneração dos depósitos a 3% ao ano mais a Taxa Referencial (TR). A legenda argumentou que desde 1999 a TR rende próximo a 0 e não é suficiente para repor o poder aquisitivo dos trabalhadores. De acordo com a proposta da União, quando a remuneração das contas vinculadas ao FGTS não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do Fundo determinar a forma de compensação.O colegiado se dividiu em três posições distintas e o resultado saiu por um "voto médio". Foram três votos para corrigir os saldos pelo IPCA (Flávio Dino, Cármen Lúcia, Luiz Fux); quatro para manter a remuneração atual (Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Dias Toffoli); e quatro para determinar que a correção seja no mínimo igual à da caderneta de poupança (Luís Roberto Barroso, André Mendonça, Kássio Nunes Marques e Edson Fachin)."Se há um campo que recomenda fortemente a autocontenção é a economia e as finanças públicas.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

DEL CASTILHO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 31.617.610/0001-62

Balanços patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

Ativo	Nota Explicativa	2023	2022
Circulante		**354**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa	4	353	1
Tributos a recuperar		1	–
Não circulante		**181.946**	**–**
Investimentos	5	181.946	–
Total do ativo		**182.300**	**1**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota Explicativa**	**2023**	**2022**
Circulante		**72**	**1**
Fornecedores e outras contas a pagar		–	1
Dividendos a pagar	**7e**	72	–
Não circulante		**175.064**	**–**
Debêntures	6	175.064	–
Patrimônio líquido	7	**7.164**	**–**
Capital social	7a	1	1
Reserva Legal	7b	0	
Resultado acumulados		–	(1)
Reserva de Lucros a Realizar	7c	7.163	–
Total do passivo e do patrimônio líquido		**182.300**	**1**

Demonstrações do resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

	Nota Explicativa	2023	2022
Receitas operacionais			
Participação de equivalência patrimonial	5	35.495	–
Lucro bruto		**35.495**	**–**
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	10	(3.199)	–
Lucro operacional		**32.295**	**–**
Despesas financeiras	11	(25.066)	–
Receitas financeiras	11	8	–
Resultado financeiro, líquido		**(25.058)**	**–**
Lucro antes do I.R. e da C.S.		**7.237**	**–**
I.R.		–	–
C.S.		–	–
Lucro do exercício		**7.237**	**–**
Lucro por ação		–	–

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**7.237**	**–**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**7.237**	**–**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2023 e 2022

(Em MR$)	Capital social	Lucros/ Prejuízos acumulados	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Legal	Total
Saldos em 31/12/2021	**1**	**–**	**–**	**–**	**1**
Prejuizo do exercício	–	(1)	–	–	**(1)**
Saldos em 31/12/2022	**1**	**(1)**	**–**	**–**	**0**
Lucro líquido do exercício	–	7.237	–	–	**7.237**
Aborção do prejuízo acumulado	–	(1)	–	–	**(1)**
Reserva Legal		(0)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	(72)	–	–	**(72)**
Reserva de Lucros	–	(7.163)	7.163	–	–
Saldos em 31/12/2023	**1**	**–**	**7.163**	**0**	**7.164**

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em MR$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	7.237	–
Participação nos resultados de controlada/coligada	(35.495)	–
	(28.257)	–
Variação no capital circulante		
Tributos a recuperar	(1)	–
Fornecedores e outras contas a pagar	(1)	–
Dividendos recebidos	323	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(27.936)**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de controlada	(146.776)	–
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(146.776)**	**–**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de empréstimos	150.000	–
juros s/ empréstimos	25.064	–
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	**175.064**	**–**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**352**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	353	1
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**352**	**–**

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando demonstrado de outra forma): 1. Contexto operacional: A Del Castilho Participações S.A. ("Cia.") é uma sociedade por ações , de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Cidade do RJ, na R. Alcindo Guanabara, nº 25, sala 1.804, Centro. Constituída em 26/09/2018 tem como atividade econômica holdings de instituições não-financeiras. Eventos relevantes ocorridos no período: - Participação societária na Desktop S.A.: Em 2023, a Cia. adquiriu 14,2% de participação na Cia. Desktop S.A., sociedade anônima de capital aberto, negociada na Bolsa de Valores (B3), no ticket DESK3. Durante o exercício de 2023 a Cia. monitorou os fatores que poderiam indicar influência significativa na Desktop. Em fevereiro de 2023 a Cia. obteve evidências suficientes que demonstraram a capacidade de exercer influência significativa nas políticas e operações da Desktop. Desta forma, a partir desta data, a Del Castilho passou a considerar a Desktop como uma empresa coligada com influência significativa, passando a registrar o investimento por equivalência patrimonial conforme CPC 18/IAS 28, tendo 14,2% de participação societária, conforme mencionado na nota 6. - Emissão de debêntures: Em 2023 foram emitidas 150.000 debêntures, tendo valor unitário de R$1.000,00 em sua data de emissão. O valor total da emissão será de R$150.000.000,00. Os recursos líquidos obtidos pela Cia. com a emissão das debêntures foram integralmente destinados para a integralização de ações de emissão da Desktop S.A., a serem subscritas pela Cia. por meio de aumento de capital privado divulgado por meio de Fato relevante e Aviso aos acionistas da Desktop, datado de 02/12/2022. As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Cia. e terão prazo de 3 anos contados da primeira data de integralização.

	Tranch	Valor
Em 19.01.2023	1º	120.000
Em 17.02.2023	2º	30.000
Total		**150.000**

2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na NBC TG 1000 (R1)–Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e com observância à legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC, aprovados pelo CFC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, total expectativa de que a empresa possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 07/06/2024. **2.2. Base de elaboração: 2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cia. atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. **b) Operação e Saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio no final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3. Políticas contábeis:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas. As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Sociedade. As aplicações financeiras são destinadas para atender compromissos de caixa de curto prazo da Cia. e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais. **b) Instrumentos financeiros:** A Cia. classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) disponível; ii) aplicações financeiras; iii) contraprestações a receber e iv) investimentos. Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; ii) empréstimos e financiamentos; e iii) outras obrigações. Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado. A Cia. reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Cia. se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **c) Investimentos em coligadas com influência significativa:** Coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas, mantendo direta ou indiretamente vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, caso possua menos que 20% a influência deverá ser claramente demonstrada. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Se o investidor detém direta ou indiretamente menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. Para os investimentos com participação inferior a vinte por cento a Cia. realiza as devidas avaliações para determinar se possui influência significativa. As participações nos investimentos com influência significativa são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e quando aplicável, deduzidas de provisão para perdas por valor recuperável (impairment). Ganhos não realizados decorrentes de transações com investimentos registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Cia. na investida. Perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **d) Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos sujeitos à amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Uma perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. **e) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos, encargos, variações monetárias e cambiais. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. **f) Provisões:** São reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança. **g) Distribuição de dividendos:** A política contábil de reconhecimento de dividendos está em conformidade com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25–Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37) e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1)–Contabilização da Proposta de Pagamentos de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Cia. prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 1% calculados sobre o lucro líquido ajustado do exercício, salvo deliberação contrária pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme dispõe o Art. 202, § 3º da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."). O saldo remanescente do lucro líquido do exercício terá o destino que lhe for deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. O dividendo mínimo obrigatório é reconhecido como passivo ao encerramento de cada exercício. Os dividendos excedentes ao mínimo obrigatório são destacados em linha específica na demonstração das mutações do patrimônio líquido ("Proposta de distribuição de dividendo adicional"), sendo reconhecidos como passivo somente quando da sua aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. **3.1. Tributação–Lucro Real:** A despesa com I.R. e C.S. representa a soma dos tributos correntes e diferidos. **a) Tributos correntes:** A provisão para I.R. e C.S. está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para I.R. e C.S. é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **b) Tributos diferidos:** O I.R. e a C.S. diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **3.2. Continuidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Sociedade de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Sociedade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Sociedade de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. **3.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa da Cia. foi preparada pelo método indireto. **3.4. Demonstrações dos resultados abrangentes:** As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não existem valores a serem demonstrados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **3.5. Pronunciamentos novos e revisados: Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º/01/2023:** As alterações e revisões das normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º/01/2023 não produziram impactos significativos nas demonstrações contábeis.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 01 e IFRS *Practice Statemente 2 – Making Material Judgments*	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Reforma tributária internacional	23/05/2023

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Cia. não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 01	Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante	01/01/2024
Alterações ao CPC 03/ IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	01/01/2024
Alterações ao CPC 02/IAS 21	Ausência de conversibilidade	01/01/2024

Atualmente, a administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Cia. em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem contas em bancos no país, dinheiro em caixa físico e aplicações financeiras em bancos no país.

	2023	2022
Caixa	1	1
Bancos no País	331	-
Fundos de Aplicações Financeiras no País	20	-
	353	**1**

5. Investimentos: Os investimentos em coligadas da sociedade são: • DESKTOP S.A. – 14,2% de participação . O ganho de R$ 35.495 foi registrado no grupo de outras receitas operacionais no resultado do exercício do ano calendário.

	Desktop S.A
Participação no Capital Votante	14,2%
Capital Social–R$	R$ 953.159
Patrimônio Líquido–R$	R$ 1.283.594
Resultado do Exercício–R$	R$ 107.336
Investimento:	
No Início do Exercício	R$ 146.775
Equivalência Patrimonial	R$ 35.494
Dividendos recebidos	(R$ 322)
No final do exercício	R$ 181.947

A seguir, estão apresentadas as principais informações financeiras da Cia. coligada na data das demonstrações contábeis:

	31/12/2023					2023
Controlada	Quantidade de ações/ cotas	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo)
Desktop S.A.	161.762	2.708.785	1.425.191	1.283.594	2.708.785	107.336

(i) Objeto social da Desktop S.A: A Desktop S.A. ("Cia." ou "Desktop"), é uma sociedade por ações, com sede na cidade de Sumaré, SP na R. Teodor Condiev, nº 970, 13º andar. A Cia. tem como acionista controlador a Makalu Brasil Partners I J–Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Makalu Brasil Partners I J"). A Cia., em conjunto com suas controladas diretas e indiretas, definidas em conjunto como ("Grupo"), tem como principais atividades: Operar no segmento de telecomunicação, cujas operações abrangem a prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga e televisão por assinatura, sendo todos estes negócios regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A Desktop é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e tem suas ações negociadas na B3 S.A.–Brasil, Bolsa, Balcão ("DESK3"). As demonstrações contábeis da Desktop relativas ao exercício findo em 31/12/2023 foram examinadas por auditores independentes que emitiram relatório em 19/03/2024, sem ressalva. **6. Debêntures:** Em 2023 a Cia. emitiu 150 mil debêntures simples não conversíveis em ações, ao valor de R$ 1.000,00 (Mil reais) cada, totalizando um saldo de R$ 150.000.

	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	R$ 150.000	-
	R$ 150.000	**-**

Em AGE ocorrida em 12/01/2023, a Cia. concluiu a respeito da emissão de debêntures nos termos do art. 59, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações. Foram emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures, tendo valor unitário de R$1.000,00 (mil reais) em sua data de emissão. O valor total da emissão será de R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos pela Cia. com a emissão das debêntures foram integralmente destinados para a integralização de ações de emissão da Desktop S.A. ainda em janeiro de 2023, sociedade por ações com registro de emissor de valores mobiliários – Categoria A – perante a CVM, com sede na cidade de Sumaré no estado de SP, a serem subscritas pela Cia. por meio de aumento de capital privado divulgado por meio de Fato relevante e Aviso aos acionistas da Desktop, datado de 02/12/2022. As debêntures são simples, não conversíveis em ações da Cia. e terão prazo de 3 anos contados da primeira data de integralização.

	Tranch	Valor
Em 19.01.2023	1º	120.000
Em 17.02.2023	2º	30.000
Total		**150.000**

Abaixo a movimentação ocorrida no exercício:

	Saldos em 31/12/2022	Entrada	Atualização	Amortização	Saldos em 31/12/2023
FIDC ASSETS I	0	150.000	25.064		175.064

7. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: Em 31/12/2023, no valor de R$ 1.000,00, está representado por 1.000 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (Um Real) cada.

Investidor	(%)	Quantidade de ações	Valor total das ações (r$)
MAKALU BRASIL PARTNERS I J–FIP MIE	100%	1.000	R$ 1.000

b) Reserva legal: De acordo com o Art. 193 da Lei das S.A., a reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, antes de qualquer outra destinação, e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada na compensação de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Em 31/12/2023, a Cia. constituiu o saldo de R$200,00 reais respeitando o limite estipulado. **c) Reservas de Lucros a Realizar:** De acordo com o estatuto social, o saldo remanescente, se existente, terá a destinação que lhe for determinada em Assembléia Geral, observado eventuais limites e restrições impostos em eventuais acordos de acionistas da Cia. porventura existentes. **d) Resultado por ação:** O lucro líquido básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias durante o exercício. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41–Resultado por Ação (IAS 33), a Cia. está apresentando as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	7.237	-
Média ponderada de ações ordinarias (milhares de ações)	1000	1000
Resultado básico por ação ordinaria (em reais–R$)	7.2	-

e) Política de distribuição de dividendos: Os dividendos mínimos obrigatórios, referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, foram calculados como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercicio	7237	-
Absorção dos prejuizos acumulados	(1)	
Lucro basico para determinação dos dividendos minimos obrigatorios	7236	
Reserva Legal	0	
Dividendos minimos obrigatorios (1%)	72	

A Cia. possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos de 1% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das S.A. e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos. O saldo remanescente do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31/12/2023, no montante de R$7.163 mil está disponível como Reserva de Lucros para deliberação em AGO de acionistas. **8. Provisão para contingências:** Atualmente, a Cia. não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas e nem divulgou perdas possíveis. **9. Operações com partes relacionadas:** Em 31/12/2023 e 2022, a Cia. não possuía saldo com partes relacionadas. **10. Despesas gerais e administrativas:** A composição das despesas gerais e administrativas é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Despesas Legais	(20)	–
Impostos e Taxas	(1)	–
Serviços prestados (*)	(3.177)	–
	(3.199)	–

(*) Os serviços prestados em 2023 são compostos por:

Honorários de auditores	10
Honorários de contadores	1
Serviços de comissões e corretagem	3.148
Outros serviços prestados	18
	3.177

11. Resultado financeiro: A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Despesas de Juros (*)	(25.064)	–
Despesas bancárias	(2)	–
Receita de aplicação financeira	8	–
	(25.058)	–

(*) Juros sobre debêntures representam 99% dos valores registrados. **12. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

	2023	2022
Caixa	1	1
Bancos no País	331	-
Fundos de Aplicações Financeiras no País	20	-
	353	**1**

13. Eventos subsequentes: Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Cia..

Diretoria: Marcelo Hudik; Tiago Branco

Luciana Arrigoni da Silva - Gerente Contábil - CRC 104.579/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis: Aos Administradores e acionistas **Del Castilho Participações S.A.** RJ–RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Del Castilho Participações S.A. ("Cia.")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativa. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Del Castilho Participações S.A.**, em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cia. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstração contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aq eles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 07/06/2024. **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/F; Patricia Hanzelmann Quinelatto - Contadora CRC 1 RJ 090716-O3.**

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278

publicidade@diariodoacionista.com.br

Elera Gestão e Energia S.A. (Anteriormente denominada Brookfield Gestão e Energia S.A.)

CNPJ/MF nº 25.318.508/0001-63

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	11.199	453
Contas a receber	32.205	36.900
Impostos a recuperar	4.853	4.574
Total do ativo circulante	**48.257**	**41.927**
Não circulante		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	1.701	1.646
Total do ativo não circulante	**1.701**	**1.646**
Total do Ativo	**49.958**	**43.573**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Contas a pagar	37.749	60.246
Dividendos a pagar	–	126
Outras contas a pagar	2	–
Total do passivo circulante	**37.751**	**60.372**
Patrimônio líquido		
Capital social	49.601	26.101
Prejuízo acumulado	(37.394)	(42.900)
Total do Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**12.207**	**(16.799)**
Total do Passivo e do Patrimônio líquido negativo	**49.958**	**43.573**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Receita operacional líquida	**136.465**	**257.869**
Custo de geração de energia	(130.189)	(273.367)
Lucro bruto (prejuízo)	6.276	(15.498)
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(67)	(53)
Outras receitas(despesas) operacionais	(31)	–
	(98)	**(53)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**6.178**	**(15.551)**

	2023	2022
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1.123	942
Despesas financeiras	(107)	(172)
	1.016	**770**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.194	(14.781)
Imposto de renda e contribuição social	(1.688)	–
Lucro líquido (prejuízo) do período	**5.506**	**(14.781)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros – Retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1**	**–**	**(28.119)**	**(28.118)**
Aumento de capital	26.100	–	–	26.100
Prejuízo do exercício	–	–	(14.781)	(14.781)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**26.101**	**–**	**(42.900)**	**(16.799)**
Aumento de capital	23.500	–	–	23.500
Lucro líquido do exercício	–	–	5.506	5.506
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**49.601**	**–**	**(37.394)**	**12.207**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	**5.506**	**(14.781)**
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**5.506**	**(14.781)**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	5.506	(14.781)
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Contas a receber	4.695	(18.010)
Impostos a recuperar	(1.970)	(1.648)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Contas a pagar	(22.497)	8.715
Impostos e contribuições a recolher	1.691	(1)
Outras contas a pagar	2	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(12.573)	(25.725)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	(55)	(198)
Dividendos pagos	(126)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(181)	(198)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social	23.500	26.100
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	23.500	26.100
Aumento (Redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	10.746	177
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	453	276
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	11.199	453
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	**10.746**	**177**
Informações complementares:		
Valores pagos de IR:	1.780	–
Valores pagos de CS:	704	–

Hamilton Ferrreira da Silva – Controller CRC: 1SP - 217.225/O-5 **Carlos Gustavo Nogari Andriolli** – Diretor CPF: 861.403.379-68 **Fernando Mano da Silva** – Diretor – CPF: 690.436.121-20

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia

Duas Lagoas Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.540.237/0001-60

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	445	5.461	565	5.565
Contas a receber	20	2	–	–
Impostos a recuperar	259	35	259	35
Outros	–	1		
Total do ativo circulante	**724**	**5.499**	**824**	**5.600**
Não circulante				
Investimento	16.584	16.102	–	–
Imobilizado	–	–	16.487	16.002
Total do ativo não circulante	**16.584**	**16.102**	**16.487**	**16.002**
Total do ativo	**17.308**	**21.601**	**17.311**	**21.602**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Contas a pagar	–	1	1	2
Impostos e contribuições a recolher	120	102	122	102
Dividendos a pagar	92	–	92	–
Total do passivo circulante	**212**	**103**	**215**	**104**
Não circulante				
Patrimônio Líquido				
Capital social	16.798	21.501	16.798	21.501
Prejuízos acumulados	–	(3)	–	(3)
Reservas de lucros	298	–	298	–
Total do patrimônio líquido	**17.096**	**21.498**	**17.096**	**21.498**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**17.308**	**21.601**	**17.311**	**21.602**

Demonstração dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro do exercício	**390**	**330**	**390**	**330**
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	**–**	**–**	**–**	**–**
Total de resultados abrangentes do exercício	**390**	**330**	**390**	**330**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(49)	(30)	(75)	(31)
Resultado com equivalência patrimonial	(27)	(59)	–	(21)
Outras receitas (despesas) operacionais	49	(11)	49	(48)
	(27)	**(100)**	**(26)**	**(100)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(27)	(100)	(26)	(100)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	557	682	557	682
Despesas financeiras	(31)	(162)	(32)	(162)
	526	**520**	**525**	**520**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**499**	**420**	**499**	**420**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(109)	(90)	(109)	(90)
	(109)	(90)	(109)	(90)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**390**	**330**	**390**	**330**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Dividendo complementar	Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**11.501**	**–**	**–**	**(333)**	**11.168**
Aumento de capital	10.000	–	–	–	10.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	330	330
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**21.501**	**–**	**–**	**(3)**	**21.498**
Redução de capital	(4.700)	–	–	–	(4.700)
Absorção dos prejuízos	(3)	–	–	3	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	390	390
Reserva legal	–	20	–	(20)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(92)	(92)
Reserva de dividendos complementares	–	–	278	(278)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**16.798**	**20**	**278**	**–**	**17.096**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	390	330	390	330
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo com o fluxo de caixa				
Resultado de equivalência patrimonial	27	59	–	21
Atualização monetária obrigação com aquisição de investimento	–	128	–	128
Redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(18)	(2)	–	–
Impostos a recuperar	(224)	(84)	(224)	(84)
Outros	1	(1)	–	–
Aumento nos passivos operacionais				
Contas a pagar	(1)	(5)	(1)	(19)
Impostos e contribuições a recolher	18	93	20	94
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**193**	**518**	**185**	**470**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em empresas investidas	(509)	(2.811)	–	–
Pagamento referente a aquisição de investimentos	–	(2.906)	–	(2.906)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	–	–	(485)	(2.705)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(509)**	**(5.717)**	**(485)**	**(5.611)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital social	–	10.000	–	10.000
Redução de capital	(4.700)	–	(4.700)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(4.700)	10.000	(4.700)	10.000
Aumento (Redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(5.016)	4.801	(5.000)	4.859
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5.461	660	5.565	706
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	445	5.461	565	5.565
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(5.016)	4.801	(5.000)	4.859
Informações complementares				
Valores pagos de IR:	55	8	55	8
Valores pagos de CS:	36	28	36	28

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferrreira da Silva – Controller CRC: 1SP 217225/O-5
Carlos Gustavo Nogari Andriolli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Fernando Mano da Silva – Diretor CPF: 690.436.121-20

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Irapuru Holding S.A.

CNPJ/MF nº 48.203.311/0001-84

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022 (não auditado)**	**2023**	**2022 (não auditado)**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.469	1	13.694	8
Contas a receber	73	–	73	–
Impostos a recuperar	64	–	63	–
Total do ativo circulante	**8.606**	**1**	**13.830**	**8**
Não circulante				
Investimentos	62.826	7	–	–
Imobilizado	–	–	58.843	–
Depósitos judiciais	42	–	42	–
Total do ativo não circulante	**62.868**	**7**	**58.885**	**–**
Total do ativo	**71.474**	**8**	**72.715**	**8**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2023**	**2022 (não auditado)**	**2023**	**2022 (não auditado)**
Circulante				
Contas a pagar	50	–	1.291	–
Obrigação com aquisição de investimento	16.286		16.286	
Impostos e contribuições a recolher	41	–	41	–
Dividendos a pagar	21	–	21	–
Total do passivo circulante	**16.398**	**–**	**17.639**	**–**
Patrimônio líquido				
Capital social	55.008	8	55.008	8
Reservas de lucros	68	–	68	–
Total do patrimônio líquido	**55.076**	**8**	**55.076**	**8**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**71.474**	**8**	**72.715**	**8**

Demonstração do Resultado do Exercício – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022 (não auditado)**	**2023**	**2022 (não auditado)**
Receita operacional líquida	–	–	–	–
Custo de geração de energia	–	–	–	–
Lucro bruto	**–**	**–**	**–**	**–**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(82)	–	(82)	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**(82)**	**–**	**(82)**	**–**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022 (não auditado)**	**2023**	**2022 (não auditado)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	279	–	279	–
Despesas financeiras	(80)	–	(80)	–
	199	**–**	**199**	**–**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**117**	**–**	**117**	**–**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(28)	–	(28)	–
Lucro líquido do exercício	**89**	**–**	**89**	**–**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**8**	**–**	**–**	**–**	**8**
Aumento de capital social	55.000	–	–	–	55.000
Lucro líquido do período	–	–	–	89	89
Constituição da reserva legal	–	4	–	(4)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(21)	(21)
Reserva de dividendos complementares	–	–	64	(64)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**55.008**	**4**	**64**	**–**	**55.076**

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contador CRC RJ 119.036-O
Hamilton Ferrreira da Silva
Controller CRC: 1SP 217225/O-5

Carlos Gustavo Nogari Andriolli
Diretor CPF: 861.403.379-68
Fernando Mano da Silva
Diretor CPF: 690.436.121-20

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022 (não auditado)**	**2023**	**2022 (não auditado)**
Lucro líquido do exercício	**89**	**–**	**89**	**–**
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**89**	**–**	**89**	**–**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022 (não auditado)**	**2023**	**2022 (não auditado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	89	–	89	–
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Atualização da obrigação com aquisição de investimento	57	–	57	
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(73)	–	(73)	–
Impostos a recuperar	(64)	–	(63)	–
Depósitos judiciais	(42)	–	(42)	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	50		1.291	
Obrigação c/ aquisição de investimento	16.229	–	16.229	–
Impostos e contribuições a recolher	41	–	41	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**16.287**	**–**	**17.529**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	–	–	(18.271)	–
Aumento de capital em empresas investidas	(22.427)	–	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(22.427)	–	(18.271)	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de Capital	14.428	–	55.000	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	14.428	–	55.000	–
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	8.468	–	13.686	–
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	1	8	8
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	8.469	1	13.694	8
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	8.468	–	13.686	–

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.

CNPJ/MF nº 14.393.776/0001-23

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**5.171**	**1**	**41.453**	**8.931**
Contas a receber	–	–	22.175	13.199
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	–	–	36.671
Estoques	–	–	692	555
Dividendos a receber	14.382	21.186	–	–
Impostos a recuperar	19	62	2.448	2.364
Despesas antecipadas	–	–	442	564
Outros	–	–	328	313
Total do ativo circulante	**19.572**	**21.249**	**67.538**	**62.597**
Não circulante				
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	–	15.082	15.353
Contas a receber	–	–	628	–
Investimentos	181.315	177.850	–	–
Imobilizado	–	–	349.753	381.510
Arrendamento	–	–	5.115	4.774
Depósitos judiciais	–	–	327	283
Total do ativo não circulante	**181.315**	**177.850**	**370.905**	**401.920**
Total do ativo	**200.887**	**199.099**	**438.443**	**464.517**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Contas a pagar	74	24	12.575	14.113
Empréstimos e financiamentos	–	–	31.498	31.290
Impostos e contribuições a recolher	–	–	2.539	2.193
Dividendos a pagar	24.188	39.577	24.188	39.577
Arrendamento	–	–	134	127
Outras contas a pagar	–	–	190	6
Total do passivo circulante	**24.262**	**39.601**	**71.124**	**87.306**
Não circulante				
Contas a pagar	–	–	18.517	17.734
Empréstimos e financiamentos	–	–	160.671	189.398
Arrendamento	–	–	5.493	5.087
Provisão para desmobilização	–	–	6.013	5.494
Total do passivo não circulante	**–**	**–**	**190.694**	**217.713**
Patrimônio líquido				
Capital social	98.232	98.232	98.232	98.232
Reservas de lucros	78.393	61.266	78.393	61.266
Total do patrimônio líquido	**176.625**	**159.498**	**176.625**	**159.498**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**200.887**	**199.099**	**438.443**	**464.517**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	**–**	**–**	**135.802**	**138.371**
Custo de geração de energia	–	–	(54.368)	(60.685)
Lucro bruto	**–**	**–**	**81.434**	**77.686**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(375)	(354)	(1.780)	(2.544)
Resultado com equivalência patrimonial	**50.359**	**48.458**	**–**	**–**
Outras despesas operacionais	–	–	(8.293)	(4.620)
	49.984	**48.104**	**(10.073)**	**(7.164)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**49.984**	**48.104**	**71.361**	**70.522**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	12	57	5.764	4.507
Despesas financeiras	(38)	(8)	(20.912)	(21.034)
	(26)	**49**	**(15.148)**	**(16.527)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**49.958**	**48.153**	**56.213**	**53.995**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	–	–	(6.255)	(5.842)
	–	**–**	**(6.255)**	**(5.842)**
Lucro líquido do exercício	**49.958**	**48.153**	**49.958**	**48.153**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**49.958**	**48.153**	**49.958**	**48.153**
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**49.958**	**48.153**	**49.958**	**48.153**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de lucros			
	Capital social	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**98.232**	**19.754**	**48.599**	**–**	**166.585**
Absorção reserva legal pela reserva de lucros	–	(107)	107	–	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(43.202)	–	(43.202)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	48.153	48.153
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(12.038)	(12.038)
Reserva de dividendos complementares	–	–	36.115	(36.115)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**98.232**	**19.647**	**41.619**	**–**	**159.498**
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(16.171)	–	(16.171)
Declaração de dividendos complementar no exercício	–	–	–	(4.172)	(4.172)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	49.958	49.958
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(12.488)	(12.488)
Reserva de dividendos complementares	–	–	33.298	(33.298)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**98.232**	**19.647**	**58.746**	**–**	**176.625**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**49.958**	**48.153**	**49.958**	**48.153**
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação do ativo imobilizado	–	–	30.349	29.666
Baixa de ativo imobilizado	–	–	8.218	4.666
Baixa de arrendamento	–	–	–	(74)
Depreciação de arrendamento	–	–	325	315
Juros sobre arrendamento	–	–	569	419
Encargos financeiros, líquidos	–	–	18.089	19.883
Resultado de equivalência patrimonial	**(50.359)**	**(48.458)**	**–**	**–**
Amortização gastos com investimentos sociais	–	–	210	210
Atualização de provisão para desmobilização	–	–	519	474
Adição de imobilizado sem efeito de caixa	–	–	(128)	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	–	–	(9.604)	6.662
Estoques	–	–	(137)	(555)
Impostos a recuperar	43	9	(84)	(262)
Depósitos judiciais	–	–	(44)	(55)
Despesas antecipadas	–	–	122	(564)
Outros	–	–	(15)	875
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	50	(1.891)	(755)	9.516
Impostos e contribuições a recolher	–	(1)	346	(125)
Outras contas a pagar	–	–	184	3
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(308)	(2.188)	98.122	119.207
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	–	36.942	(37.551)
Dividendos recebidos	53.698	33.876	–	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	–	–	(6.682)	(7.790)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	53.698	33.876	30.260	(45.341)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamento	–	–	(822)	(544)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	–	–	(30.722)	(30.400)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	–	–	(16.096)	(18.199)
Dividendos pagos	(48.220)	(31.900)	(48.220)	(31.901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(48.220)	(31.900)	(95.860)	(81.044)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	5.170	(212)	32.522	(7.178)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	213	8.931	16.107
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	5.171	1	41.453	8.929
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	5.170	(212)	32.522	(7.178)
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:	–	–	3.231	2.641
Valores pagos de CS:	–	–	2.136	1.649

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contador – CRC: RJ-119.036-O
Hamilton Ferreira da Silva – Controller – CRC: 1SP - 217.225-O

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor – CPF: 861.403.379-68
Fernando Mano da Silva – Diretor – CPF: 690.436.121-20

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Tangará Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96

Balanços Patrimoniais – 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.383	6.939	75.913	36.145
Contas a receber	24.037	23.305	60.450	54.233
Depósitos restituíveis e valores vinculados	937	835	19.010	38.565
Dividendos a receber	47.932	46.088	–	–
Impostos a recuperar	8.402	9.414	17.317	17.175
Despesas antecipadas	412	552	2.251	2.604
Mútuos a receber	78.110	96.046	76.610	93.046
Outros	5.748	2.662	10.442	6.970
Total do ativo circulante	**173.961**	**185.841**	**261.993**	**248.738**
Não circulante				
Contas a receber	–	–	629	–
Depósitos restituíveis e valores vinculados	–	–	16.782	17.152
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	168	233	168	233
Investimento	1.223.506	1.256.432	–	–
Imobilizado	190.375	226.438	1.579.366	1.696.130
Arrendamento	92	215	5.499	5.634
Depósitos judiciais	30	13	748	669
Total do ativo não circulante	**1.414.171**	**1.483.331**	**1.603.192**	**1.719.818**
Total do Ativo	**1.588.132**	**1.669.172**	**1.865.185**	**1.968.556**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Contas a pagar	38.650	20.667	80.971	68.675
Empréstimos, financiamentos e debêntures	81.362	82.861	112.860	100.926
Impostos e contribuições a recolher	1.191	796	8.647	6.461
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	225	–	225	–
Salários e encargos sociais	961	1.095	961	1.097
Dividendos a pagar	45.428	11.078	45.479	11.123
Arrendamento	105	112	572	609
Outras contas a pagar	59	903	–	5.453
Total do passivo circulante	**167.981**	**117.512**	**249.715**	**194.344**
Não circulante				
Contas a pagar	–	–	18.516	17.734
Empréstimos, financiamentos e debêntures	381.489	460.981	542.161	650.589
Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga	–	–	–	–
Impostos diferidos	8.494	9.182	8.494	9.182
Provisão para contingências	207	92	4.776	4.285
Arrendamento	11	145	5.536	5.646
Outras contas a pagar	–	–	6.014	5.494
Total do passivo não circulante	**390.201**	**470.400**	**585.497**	**692.930**
Patrimônio líquido				
Capital social	951.241	1.006.241	951.241	1.006.241
Reservas de lucros	47.879	40.236	47.879	40.236
Ajustes de avaliação patrimonial	4.287	8.241	4.287	8.241
Reserva de incentivos fiscais	8.784	8.784	8.784	8.784
Reservas de capital	17.758	17.758	17.758	17.758
	1.029.949	**1.081.260**	**1.029.949**	**1.081.260**
Participação de acionistas não controladores	–	–	23	22
Total do patrimônio líquido	**1.029.949**	**1.081.260**	**1.029.972**	**1.081.282**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.588.132**	**1.669.172**	**1.865.185**	**1.968.556**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**85.350**	**44.319**	**85.530**	**44.325**
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**85.350**	**44.319**	**85.530**	**44.325**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	205.107	195.161	496.016	481.630
Custo de geração de energia	(122.236)	(122.408)	(278.578)	(287.879)
Lucro bruto	**82.871**	**72.753**	**217.438**	**193.751**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(19.982)	(17.060)	(24.473)	(22.140)
Resultado c/ equivalência patrimonial	94.819	74.449	–	–
Outras despesas operacionais	(59)	(7.046)	(12.241)	(24.962)
	74.778	**50.353**	**(36.717)**	**(47.092)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	157.649	123.106	180.721	146.659
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	4.870	6.181	16.612	15.226
Despesas financeiras	(77.857)	(82.946)	(99.436)	(104.642)
	(72.987)	(76.765)	(82.824)	(89.416)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**84.662**	**46.341**	**97.897**	**57.243**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	–	–	(13.229)	(10.896)
Diferido	688	(2.022)	688	(2.022)
	688	(2.022)	(12.541)	(12.918)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	85.350	44.319	85.356	44.325
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível a:				
Controladora	85.350	44.319	85.350	44.319
Acionistas não controladores	–	–	6	6

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.277.649**	**17.758**	**–**	**–**	**8.784**	**15.236**	**(172.338)**	**1.147.089**	**22**	**1.147.111**
Redução de capital ocorrido no exercício	(99.070)	–	–	–	–	–	–	(99.070)	–	(99.070)
Redução de capital através de absorção prejuizos acumulados	(172.338)	–	–	–	–	–	172.338	–	–	–
Impostos sobre a reavaliação positiva	–	–	–	–	–	(2.323)	2.323	–	–	–
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	–	–	–	–	–	(4.672)	4.672	–	–	–
Dividendos complementares distribuidos para acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	(5)	(5)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	44.319	44.319	6	44.325
Constituição de reserva legal	–	–	2.332	–	–	–	(2.332)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(11.078)	(11.078)	(1)	(11.079)
Reserva de dividendos Complementares	–			37.904	–	–	(37.904)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.006.241**	**17.758**	**2.332**	**37.904**	**8.784**	**8.241**	**–**	**1.081.260**	**22**	**1.081.282**
Redução de capital ocorrido no exercício	(55.000)	–	–	–	–	–	–	(55.000)	–	(55.000)
Redução de capital através de Impostos sobre a reavaliação positivo	–	–	–	–	–	187	(187)	–	–	–
Realização da avaliação patrimonial líquida de impostos diferidos	–	–	–	–	–	(4.141)	4.141	–	–	–
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	–	(37.904)	–	–	–	(37.904)	–	(37.904)
Dividendos complementares distribuidos para acionistas não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	(5)	(5)
Lucro líquido do exercício							85.350	85.350	6	85.356
Constituição de reserva legal	–	–	4.258	–	–	–	(4.258)	–	–	–
Juros sobre capital próprio							(43.757)	(43.757)	–	(43.757)
Reserva de dividendos Complementares	–	–	–	41.289	–		(41.289)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**951.241**	**17.758**	**6.590**	**41.289**	**8.784**	**4.287**	**–**	**1.029.949**	**23**	**1.029.972**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	85.350	44.319	85.356	44.325
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização da mais valia alocada em ativo imobilizado	36.666	34.688	121.225	119.258
Amortização da mais valia alocado na aquisição de controladas	17.808	14.918	–	–
Depreciação de arrendamento	123	120	847	800
Baixa de arrendamento	–	–	–	122
Juros sobre arrendamento	83	26	969	527
Encargos financeiros, líquidos	74.730	79.640	93.029	99.680
Baixa de ativo imobilizado	–	1.742	8.792	6.955
Resultado de equivalência patrimonial	(94.819)	(74.449)	–	–
Constituição de *impairment* nas controladas	–	–	3.942	8.495
Amortização de UBP	65	65	65	65
Amortização de provisão para desmobilização	–	–	519	474
Provisão para contingências	115	11	491	975
Impostos diferidos	(688)	2.022	(688)	2.022
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(732)	8.075	(6.846)	13.766
Impostos a recuperar	1.012	430	(142)	448
Depósitos judiciais	(17)	–	(79)	(193)
Despesas antecipadas	140	(99)	353	(393)
Outros	(3.086)	2.006	(3.473)	1.968
Depósitos restituíveis e valores vinculados	(102)	(835)	19.925	(41.245)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	(9.942)	(1.367)	(14.845)	1.016
Salários e encargos sociais	(134)	(297)	(136)	(294)
Impostos e contribuições a recolher	395	(1.781)	2.186	(1.296)
Uso do bem público – UBP – Direitos de outorga	225	(392)	225	(392)
Outras contas a pagar	(844)	46	(5.453)	222
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**106.348**	**108.888**	**306.265**	**257.305**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	64.481	57.751	–	–
Recebimento de empréstimo concedido à parte relacionada – principal	19.650	9.400	18.150	9.791
Redução (aumento) de capital em empresas investidas	43.612	32.623	–	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(602)	(1.140)	(17.195)	(20.656)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**127.141**	**98.634**	**955**	**(10.865)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	–	12.966	–	–
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	(80.015)	(58.492)	(97.721)	(88.892)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	(77.420)	(80.462)	(93.516)	(98.660)
Pagamento de arrendamento	(224)	(128)	(1.828)	(1.230)
Pagamento de dividendos	(47.312)	–	(47.312)	–
Redução de capital social	(27.075)	(89.546)	(27.075)	(89.546)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(232.046)**	**(215.662)**	**(267.452)**	**(278.328)**
Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de Caixa	1.444	(8.140)	39.768	(31.888)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	6.939	15.079	36.145	68.033
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	8.383	6.939	75.913	36.145
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	1.444	(8.140)	39.768	(31.888)
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:			–	6.727
Valores pagos de CS:			–	3.948
Redução do capital social sem efeito caixa	27.925	9.524	27.925	9.524

Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor CPF: 861.403.379-68
Flavio Martins Ribeiro – Diretor CPF 035.898.606-00
Hamilton Ferreira da Silva – Controller CRC: 1SP-217225/O-5
Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira – Contadora CRC RJ-119.036-O

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

OUTONO: Tempo ensolarado, com nevoeiro pela manhã. Noite de céu limpo. Manhã Tarde Noite 32º 16º 5% 06:33 17:16

CAMINHOS ALTERNATIVOS

Cláudio Castro destaca compromisso com a transição energética

O avanço do estado do Rio engloba caminhos e alternativas para o desenvolvimento sustentável. Foi assim que o governador Cláudio Castro iniciou sua fala, na manhã de ontem, no FII Priority Summit - encontro internacional para debater oportunidades de investimentos em sustentabilidade. Pela primeira vez na América Latina, o evento - sediado no Rio - tem como tema "Investir em Dignidade", com base em três pilares fundamentais: transição ecológica, tecnologia, inovação e empreendedorismo; e inclusão social e governança de uma nova ordem global.

Durante o encontro, que contou com a participação de líderes mundiais, CEOs de empresas do setor de energia, chefes de governo da Arábia Saudita, além do presidente Lula e ministros, Cláudio Castro destacou que o Estado do Rio investe na preservação ambiental, sobretudo em ações que garantem que as gerações futuras não sejam prejudicadas pelo uso indiscriminado dos recursos naturais.

"Nosso estado é um importante player no cenário energético nacional e avança na transição para outras fontes de energias limpas e renováveis. Estamos trabalhando em um projeto-piloto para incentivar a implantação de eólicas offshore no Rio, que já conta com 15 projetos em fase de licenciamento no Ibama", reforçou o governador.

INSEGURANÇA

No evento, ocorrido no Copacabana Palace, Cláudio Castro enfatizou os R$ 500 milhões investidos pelo Governo do Estado na construção de unidades habitacionais e na reforma de condomínios, medida que ressalta o compromisso com o direito social fundamental a moradia.

"A realidade de um lar seguro está lado a lado com o direito humano à alimentação. Por isso, nossos programas de combate à insegurança alimentar já entregaram 26 milhões de refeições, em quatro anos.

FII PRIORITY SUMMIT

O evento organizado pelo FII Institute - uma organização sem fins lucrativos dirigida pelo Fundo de Investimento Público, o principal fundo da Arábia Saudita – foi iniciado na terça-feira e acontece até hoje.

VIOLÊNCIA

STF pede explicação a Castro sobre operação na Maré

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, pediu esclarecimento ao governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, sobre operação ocorrida na Maré, na terça-feira passada, na zona norte da do Rio.

"Intime-se mediante ofício, com urgência, a ser remetido pelo meio mais célere possível, o Excelentíssimo Governador do Estado do Rio de Janeiro, para que tome ciência da petição (eDOC 1008) protocolada neste Tribunal às 19h40, nesta data, e informe de pronto, nos autos, as providências tomadas", escreveu Fachin.

Fachin atendeu pedido do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro que determina a necessidade de ambulâncias na incursão policial onde possam ocorrer mortes, e que a operação ou incursão seja necessariamente realizada por policiais portando câmeras corporais para gravação dos seus atos, de modo ininterrupto.

Confrontos armados entre policiais e criminosos no Complexo da Maré, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, deixaram um policial militar morto e outro ferido.

Os tiroteios ocorreram no início da manhã de terça-feira, devido a uma operação da Polícia Militar (PM) na área para prender suspeitos de roubo de veículos em vias expressas da cidade.

Até o período da noite, 24 pessoas foram presas e 11 fuzis foram apreendidos, além de outras armas e recuperação de veículos roubados, conforme balanço divulgado pela Polícia Militar.

DIA DOS NAMORADOS

Governo do Rio concede linha de crédito para produtores de flores

Os buquês de flores são sempre uma das opções mais procuradas como presente no Dia dos Namorados. Nesta quarta-feira, quando é celebrada a data, as vendas do setor de floricultura devem aumentar. De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio), para este ano, há uma expectativa de um aumento de 15% em relação a 2023, gerando um impacto positivo para a economia estadual. Para impulsionar o setor, o programa Florescer, do Governo do Estado, em parceria com a Secretaria de Estado de Agricultura, concede aos produtores de flores, um empréstimo com juros de 2% ao ano.

Desde o ano de 2020 até o momento, o Florescer ofereceu 129 contratos, gerando cerca de R$ 1.9 milhão em empréstimos. De acordo com dados da Emater-Rio de 2023, a floricultura do Estado do Rio conta com 906 produtores para uma área de produção com cerca de 1600 hectares. O faturamento global do setor, anualmente, é de R$ 516 milhões.

"Desenvolvida especialmente para o produtor de flores, a linha de crédito Florescer visa o desenvolvimento da cadeia produtiva de flores. Os produtores podem contar com esse apoio oferecido pela secretaria para impulsionar sua produção. Esta é a segunda data que mais fomenta venda no setor da floricultura", destacou Dr Deodalto, secretário de Agricultura.

O Estado do Rio se destaca na produção de flores de corte, principalmente para a Região Serrana, onde 406 produtores desenvolvem a atividade numa área de 298 hectares. Eles produzem 7 milhões de maços de flores por ano, com faturamento de R$ 61 milhões no período.

O município de Bom Jardim, na Serra, é o principal produtor de rosas. Além de dispor de luminosidade e clima favorável ao cultivo, apresenta altitude em torno de 800 metros e uma temperatura de dois graus a mais, se comparado ao município de Nova Friburgo que é o maior produtor de flores.

As flores mais buscadas nesta época são as vermelhas, em destaque a rosa, seguida de orquídea, gérbera, astromélia, cravos vermelhos. Entre as flores de vaso, também bastante buscadas nesta época, estão as orquídeas. De preço acessível e produção bem significativa, as mais populares e consideradas recorde em vendas são as do tipo Phalaenopsis.

O produtor de flores de Nova Friburgo, Eduardo Lage, cultiva flores há 15 anos e aposta nesta data para alavancar suas vendas.

"A demanda na semana dos namorados aumenta consideravelmente. Geralmente, colhemos cerca de 600 mocas por semana, porém, neste período plantamos uma estufa a mais para obter mais 400 mocas e atender o mercado", explicou o produtor.

Nota

RUAS DO BAIRRO SÃO JOAQUIM, EM ITABORAÍ, RECEBEM PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Após a conclusão do primeiro trecho, as obras da Avenida 22 de Maio, em Itaboraí, seguem avançando. No bairro São Joaquim, oito ruas do local começaram a semana recebendo pavimentação asfáltica. O projeto é fruto de uma parceria entre o Governo do Estado do Rio, através da Secretaria das Cidades, em parceria com a prefeitura. As intervenções na região fazem parte do projeto de transformação da Avenida 22 de Maio. A localidade fica no entorno da principal via do município da Região Metropolitana. As obras na Avenida 22 de Maio, que possui mais de 11km de extensão, contemplam os serviços de drenagem, pavimentação, reurbanização e inclusão de ciclovia.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta

Extrato do Item (1) da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14 de Maio de 2024. Na qualidade de Secretária da Reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o item 1 da Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. realizada no dia 14 de maio de 2024, às 11:00h, realizada na sede social da Companhia, localizada Praia de Botafogo nº 228, sala 707, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 14, §2º do Estatuto Social da Companhia (reunião virtual), possui a seguinte redação: *"Instalada a reunião pelo Presidente da Mesa, com relação ao **item (1)** da Ordem do Dia, os Conselheiros, aprovaram, por unanimidade dos votos proferidos, o relatório do ITR da Companhia referente ao 1º trimestre de 2024, o qual foi objeto de relatório de revisão especial pelos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmastsu Auditores Independentes Ltda., bem como a sua publicação."* **VI. Encerramento:** Os materiais de suporte pertinentes às matérias deliberadas foram previamente encaminhados aos Senhores Conselheiros e ficam arquivados no Portal do Conselho. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes do Conselho de Administração e pela Secretária, sendo autorizada a publicação da ata de forma resumida nos termos dos arts 289, I da Lei das S.A.. Assinaturas: Marcelo Leite Barros, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Alejandro Daniel Laiño, Carlos Hector Rezzonico, João Mário Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Murilo Muller e Wendel Gomes da Silva. Confere com o original lavrado em livro próprio. Joana Bentes Meyer: Secretária. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Protocolo: 2024/00488964-2 - 07/06/2024. Certifico Arquivamento em 10/06/2024 sob o número 00006281350

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.036/2024

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.036/2024 no dia 25/06/2024 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais Hospitalares (Agulhas e Seringas) (AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, 0,45 X 13 MM, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, PROTETOR PLÁSTICO, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA SEGUNDO NR 32 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, ESTÉRIL, APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL. AGULHA HIPODÉRMICA, AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, 0,7 X 25 MM, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, PROTETOR PLÁSTICO, COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA SEGUNDO NR 32 OU SUAS ATUALIZAÇÕES, ESTÉRIL, APIROGÊNICA,DESCARTÁVEL EMBALAGEM INDIVIDUAL e etc.) Processo nº. 33409.002299/2023-06. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

MRS LOGÍSTICA S/A
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta

Extrato do Item (2) da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2024. Na qualidade de Secretária da Reunião do Conselho de Administração, CERTIFICO que o item 2 da Reunião do Conselho de Administração da MRS Logística S.A. realizada no dia 14 de maio de 2024, às 11:00h, realizada na sede social da Companhia, localizada Praia de Botafogo nº 228, sala 707, Botafogo, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 14, §2º do Estatuto Social da Companhia (reunião virtual), possui a seguinte redação: *"Passando ao **item (2)** da Ordem do Dia, tendo em vista a recente alteração, em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2024, para ajustar a alçada de competência do Conselho de Administração e da Diretoria para aprovação de contratos com partes relacionadas, foi apresentada proposta de inclusão do item **(v)** e ajuste no item **(vi)** no limite de alçadas da Diretoria da Companhia. Os Conselheiros, por unanimidade, aprovaram a proposta. Considerando a alteração ora deliberada e os demais limites de alçada da Diretoria deliberados nas Reuniões do Conselho de Administração de 24/04/2017 e de 14/12/2022, o Conselho de Administração, neste ato, deliberou a consolidação dos limites de alçada da Diretoria nos termos do **Anexo I** que passa a integrar esta ata."* **VI. Encerramento:** Os materiais de suporte pertinentes às matérias deliberadas foram previamente encaminhados aos Senhores Conselheiros e ficam arquivados no Portal do Conselho. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes do Conselho de Administração e pela Secretária, sendo autorizada a publicação da ata de forma resumida nos termos dos arts 289, I da Lei das S.A.. Assinaturas: Marcelo Leite Barros, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Alejandro Daniel Laiño, Carlos Hector Rezzonico, João Mário Lourenço Filho, Julio Rosa Baptista, Luis Fernando Barbosa Martinez, Marcelo Cunha Ribeiro, Marcelo Leite Barros, Murilo Muller e Wendel Gomes da Silva. Confere com o original lavrado em livro próprio. Joana Bentes Meyer: Secretária. Certidão da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Protocolo: 2024/00489006-3 - 07/06/2024. Certifico Arquivamento em 10/06/2024 sob o número 00006282497

SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.
CNPJ/MF nº 19.851.775/0001-07 - NIRE 33.300.313.168

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2024. DATA, HORA E LOCAL: Aos 08 (oito) dias do mês de março de 2024, às 11:00hrs, exclusivamente por meio de videoconferência, através da plataforma eletrônica "Teams", considerada como realizada na sede. **QUÓRUM:** Presentes os Conselheiros representando a totalidade de seus membros, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença de todos os Conselheiros, tornando-se dispensável a convocação. **MESA: Presidente:** Romain Louis Jean Marcel Launay; e Secretária: Marlene Barbosa Pamplona. **ORDEM DO DIA: (I)** Reeleger os membros da Diretoria; **(II)** Ratificar a composição da Diretoria e ratificar as funções de Diretores responsáveis por área perante a SUSEP. **DELIBERAÇÕES**: O Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou objeções, deliberou por: (I) Reeleger, conforme a remuneração da AGO de 2024, com mandato de 31.03.2024 até 31.03.2027, como diretores: **a) FABIO HENRIQUE FERREIRA DE PINHO,** brasileiro, casado, administrador e contador, portador da Carteira de Identidade RG nº 07.814.605-7 (IFP/RJ), inscrito no CPF sob o nº 037.231.037-07, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, Sala nº 1501, Centro, CEP: 20091-007, Rio de Janeiro/RJ; **b) FERNANDO VIANA DOS REIS,** brasileiro, solteiro, contador, portador do documento de identidade RG nº 32.941.506-2 (SSP), inscrito no CPF sob o nº 338.832.278-38, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, com escritório na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, Sala nº 1501, Centro, CEP: 20091-007, Rio de Janeiro/RJ; **c) GILBERTO KAORU FUJITA,** brasileiro, casado, nascido em 05 de setembro de 1967, engenheiro, portador do documento de identidade Nº. 17.820.374-9 (SSP), cadastrado no CPF/MF sob o nº 131.461.478-90, com domicílio profissional em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, à Rua James Joules, 65, 7º andar, Torre Sul, Cidade Monções, CEP 04576-080. **d) MARLENE BARBOSA PAMPLONA**, brasileira, casada, advogada, portadora da Carteira de Identidade RG n° 16.581.096-8 – SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 083.695.288-05, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, Sala nº 1501, Centro, CEP: 20091-007, Rio de Janeiro/RJ; **e) DAFNE COUTINHO SANTOS,** brasileira, divorciada, atuária, portadora da Carteira de Identidade n° 629476- 6 (Marinha do Brasil), inscrita no CPF sob o n° 117.802.357-55, residente e domiciliada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, Sala nº 1501, Centro, CEP: 20091-007, Rio de Janeiro/RJ; **f) RAFAEL ZIMMER POLKING,** brasileiro, solteiro, atuário, portador do documento de identidade RG nº. 8075434251 (SSP-RS), inscrito no CPF/ME sob nº 004.904.020-03, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Rua Visconde de Inhaúma, nº 83, Sala 1501, Centro, CEP: 20091-007. Os reeleitos tomarão posse no cargo na data de 31.03.2024, conforme respectivos Termos de Posse arquivados na sede da Companhia. **(II)** Ratificar a composição dos membros da Diretoria e redesignar e ratificar as funções dos Diretores responsáveis por área perante a SUSEP:

Nome	Início do mandato	Fim do mandato
Fabio Henrique Ferreira de Pinho	31.03.2024	31.03.2027
Fernando Viana dos Reis	31.03.2024	31.03.2027
Gilberto Kaoru Fujita	31.03.2024	31.03.2027
Marlene Barbosa Pamplona	31.03.2024	31.03.2027
Dafne Coutinho Santos	31.03.2024	31.03.2027
Rafael Zimmer Polking	31.03.2024	31.03.2027

1. Funções de caráter executivo ou operacional: 1.1. Diretor responsável pelas relações com a Susep (Art. 1º, I da Circular nº 234, de 28/08/2003), Sra. Dafne Coutinho Santos; 1.2. Diretor responsável técnico (Art. 1º, II da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 3º, II da Resolução nº 432, de 12/11/2021), Sr. Fernando Viana dos Reis; 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 1º, III da Circular nº 234, de 28/08/2003), Sr. Fernando Viana dos Reis; 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432, de 12/11/2021), Sr. Fernando Viana dos Reis; 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução nº 143/2005), Sr. Fernando Viana dos Reis; 1.6. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução nº 383 de 20/03/2020), Sr. Fernando Viana dos Reis; e 1.7. Diretor estatutário para responder pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente previstos na regulamentação em vigor (art. 3º, §3º, Resolução nº 432/2021), Sr. Fernando Viana dos Reis. **2. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** 2.1. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020), Sr. Marlene Barbosa Pamplona; e 2.2. Diretor responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução nº 416, de 20/07/2021), Sra. Marlene Barbosa Pamplona. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Reunião, referidos nesta ata. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, que lida e aprovada é assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Presidente:** Romain Louis Jean Marcel Launay; **Secretária:** Marlene Barbosa Pamplona. **Conselheiros:** Eric Laurent Jenck; Maria Pilar Santamaria Cases; e Romain Louis Jean Marcel Launay. Rio de Janeiro (RJ), 08 de março de 2024. **Mesa: Romain Louis Jean Marcel Launay -** Presidente da Mesa - p.p. Marlene Barbosa Pamplona. **Marlene Barbosa Pamplona -** Secretária. **Conselheiros: Romain Louis Jean Marcel Launay -** p.p. Marlene Barbosa Pamplona. **Eric Laurent Jenck -** p.p. Marlene Barbosa Pamplona. **Maria Pilar Santamaria Cases -** p.p. Marlene Barbosa Pamplona. Jucerja nº 6281639, em 10/06/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Sertão I Solar Energia SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.907.723/0001-74 - NIRE 33.3.0032757-6 - Companhia Fechada

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Garantia Firme de Colocação, da Sertão I Solar Energia SPE S.A., a ser realizada em 27/06/2024

A **Sertão I Solar Energia SPE S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 6, sala 401, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") nº 23.907.723/0001-74 ("Emissora" ou "Companhia"), em conjunto com a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários,** instituição financeira autorizada a exercer as funções de agente fiduciário pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, CNPJ/MF n.º 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), nos termos da Cláusula 9.2 do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Garantia Firme de Colocação, da Sertão I Solar Energia SPE S.A.*", datado de 12/09/2018, conforme aditado ("Escritura de Emissão"), e da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), vêm, pelo presente edital, **convocar** os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, da 1ª emissão da Emissora ("Debêntures", "Debenturistas" e "Emissão"), para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada no **dia 27/06/2024, às 10:00 horas** ("AGD"), de forma **exclusivamente digital e remota**, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), através do sistema eletrônico Microsoft Teams, com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** A não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da alínea (a) da Cláusula 6.1.2 da Escritura de Emissão, por força do descumprimento das obrigações previstas na Cláusula 1.1.3 do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e Outras Avenças*", celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, em 12/09/2018, conforme aditado ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"), devido à não celebração tempestiva de aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos para fins de inclusão dos Bens Futuros Elegíveis (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos) adquiridos pela Companhia após a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos, à lista constante do Anexo II ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; **(ii)** A aprovação da concessão de prazo adicional de 90 dias contado da data de realização da AGD, para celebração do aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; e **(iii)** Autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas na AGD. **Informações Gerais:** A AGD será realizada através de sistema eletrônico Microsoft Teams, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, apenas àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio dos documentos indicados abaixo para os endereços eletrônicos assembleiasertao@veirano.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, até 2 dias antes da data estipulada para realização da AGD, e em qualquer caso até o horário da AGD, observado o conforme aplicável, nos termos da Resolução CVM 81: (i) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do Debenturista (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteira de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) quando pessoa jurídica, (a) cópia da versão do último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debenturista; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em AGD; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) quando for representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, acompanhado de documento de identidade válido com foto do outorgante, caso a procuração não tenha reconhecimento de firma ou abono bancário. Nos termos do artigo 71 da Resolução CVM 81, além da participação e do voto a distância durante a AGD por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, preferencialmente, até 2 dias antes da data de realização da AGD. O modelo do documento para preenchimento e envio da instrução de voto a distância e as informações completas estão disponíveis para consulta páginas eletrônicas da Companhia, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br – Sistema Empresas.NET) na rede mundial de computadores. Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos nesse edital de convocação terão o significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. Rio de Janeiro, 11/06/2024. **Sertão I Solar Energia SPE S.A. (11, 12 e 13/06/2024)**

Manhã Tarde Noite 27º 14º 5% 06:45 17:28 **OUTONO:** Sol com nevoeiro ao amanhecer. Noite de céu limpo.

ESCOLAS

Tarcísio autoriza privatização de serviços não pedagógicos

BRUNO BOCCHNI/ABRASIL

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, autorizou, via decreto, a abertura de licitação para a concessão à iniciativa privada da construção, manutenção, conservação, gestão e operação dos serviços não pedagógicos em 33 novas unidades de ensino de nível médio e ensino fundamental II no estado de São Paulo.

Publicado a terça-feira, o texto determina o prazo da concessão de 25 anos e o que o preço cobrado pela prestação de serviço será o critério para a escolha do vencedor da licitação.

Poderão concorrer sociedades empresariais, fundos de investimentos, pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, "desde que a natureza e o objeto delineados em seus estatutos constitutivos sejam compatíveis com as obrigações e atividades atinentes à concessão", diz o decreto.

A entidade privada será responsável pela manutenção de toda a unidade escolar, incluindo manutenção predial e de equipamentos; limpeza, abrangendo a mão de obra; vigilância e portaria, incluindo monitoramento do sistema de câmeras e controle de acesso por meio de portaria; alimentação, incluindo exclusivamente o preparo e porcionamento de alimentos, além da disponibilização de equipamentos e utensílios.

O vencedor da licitação também será encarregado de atividades diárias, como o apoio aos alunos que não conseguem acessar com autonomia as instalações escolares.

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) será a responsável pela supervisão e acompanhamento das atividades relativas à prestação dos serviços.

ELEIÇÕES 2024

Nunes vai se reunir com Tarcísio para discutir nome de seu vice

MATHEUS DE SOUZA/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que pretende se reunir amanhã, com o governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para fechar a questão do vice da sua chapa. Tarcísio, que até pouco tempo defendia que o prefeito escolhesse um nome de sua preferência, passou a defender o coronel da reserva da Polícia Militar Ricardo Mello de Araújo para a chapa.

"Eu marquei um almoço com ele para sexta-feira. Eu tive esses dias bem apertado e ele também. Amanhã vou ficar o dia inteiro na região de Aricanduva, então amanhã eu não tenho como, ficou para sexta-feira", disse o prefeito em entrevista coletiva de imprensa após o início das obras de requalificação da Santa Ifigênia, região central da capital.

Nunes, no entanto, não bateu o martelo. O prefeito manteve que a decisão será feita de forma conjunta e de maioria, mas pontuando que Mello ganhou força nos últimos dias. Mello é um nome defendido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que condicionou seu apoio à indicação do vice do atual prefeito.

AUXÍLIO

Alunos da Unesp aprovados em 'provão' terão bolsas de R$ 800

O auxílio será direcionado a 30% das 934 vagas destinadas à Unesp no Provão Paulista.

Alunos da Universidade Estadual Paulista (Unesp) que fizeram o Ensino Médio na rede estadual de ensino e foram aprovados no ensino superior por meio do Provão Paulista Seriado receberão uma bolsa permanência de R$ 800 mensais até o fim do curso. O benefício será pago a 821 estudantes a partir deste mês de junho. O convênio que institui a bolsa permanência foi firmado entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) e a Unesp e publicado na edição de terça-feira do Diário Oficial do Estado.

Nos próximos cinco anos, a Seduc-SP deve investir R$ 40,4 milhões no pagamento da bolsa permanência. O auxílio será direcionado a 30% das 934 vagas destinadas à Unesp no Provão Paulista e voltada a estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo.

A cada ano, 281 alunos oriundos da rede estadual e aprovados no Provão Paulista serão somados ao projeto. Isso significa que em 2025, 562 alunos poderão ser beneficiados, 843 alunos em 2026, 1.124 em 2027 e 1.405 em 2028. Esse valor se mantém se, anualmente, a Unesp oferecer as 934 vagas por meio do Provão.

Entre as metas da bolsa permanência está o combate à evasão escolar desde o Ensino Médio e nos cursos de graduação. De acordo com o secretário da Educação, Renato Feder, a expectativa é que estudantes em situação de vulnerabilidade reconheçam a universidade como um lugar onde eles podem e devem estar. "A bolsa permanência vem para reforçar os esforços da Secretaria da Educação para que mais estudantes da rede pública estejam nas melhores universidades do país", afirma Feder.

Mensalmente, os valores serão repassados à Unesp, que definirá as regras para adesão à bolsa e métodos de pagamentos aos estudantes.

A seleção dos estudantes será por ordem de classificação no Provão Paulista. Entre as regras para o recebimento da bolsa está a renda mensal familiar de até 1,5 salário, assiduidade e acompanhamento do desempenho pela Unesp.

Em caso de empate entre estudantes aptos a receber a bolsa permanência, os critérios para desempate são famílias com maior número de integrantes no grupo familiar e a idade dos alunos. Estudantes mais velhos terão preferência. Até dois estudantes por família poderão ser selecionados para receber a bolsa.

LICITAÇÃO

Governo de SP lança edital de concessão de serviço público lotérico

O Governo de São Paulo abriu ontem a Licitação Internacional nº 01/2024 para a Concessão dos Serviços Públicos Lotéricos do Estado. O edital, assim como o contrato e os anexos, estão disponíveis em via eletrônica e gratuita no site da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI), e em data room cujo acesso será concedido após pedido enviado ao endereço eletrônico editalloterias@sp.gov.br com o título "Concessão dos Serviços Públicos Lotéricos – acesso ao data room". Clique aqui para acessar.

Os documentos também poderão ser obtidos no endereço Rua Iaiá, 126, 11º andar, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h, mediante a apresentação de mídia gravável ou dispositivo equivalente, necessários para cópia do arquivo, com capacidade suficiente para que todos os arquivos possam ser digitalmente copiados. Os interessados poderão apresentar pedidos de esclarecimentos até o dia 4 de setembro de 2024.

Conforme regulamento do edital, os pedidos deverão ser encaminhados para o e-mail editalloterias@sp.gov.br com o título "Concessão dos Serviços Públicos Lotéricos – Pedidos de Esclarecimentos" ou protocolados em via física edifício da SPI, aos cuidados da Comissão de Contratação.

O recebimento das propostas será no dia 09 de setembro de 2024, às 10h, na sede da B3 (Rua XV de Novembro, 275, Centro), em São Paulo, e o leilão acontecerá no dia 13 de setembro de 2024, às 14h, também, na B3.

PROJETO DE CONCESSÃO

Serão cinco modelos de serviço, que vão existir em espaços físicos e de modo online, e poderão ser prestados na forma de loteria de prognóstico específico, esportivos, numérico, instantânea e passiva. A decisão será de quem vencer a concessão.

A empresa será obrigada a instalar ao menos 31 pontos de vendas exclusivos distribuídos pelas regiões administrativas de São Paulo. O objetivo é servir como loja conceito dos serviços concedidos e atingir todas as regiões do estado.

A instalação dos pontos de venda exclusivos vai seguir algumas regras. Por exemplo, os locais devem ter grande visibilidade, com alto fluxo de pessoas. Além disso, a concessionária deverá respeitar uma distância mínima de 300 metros de creches ou unidades de ensino básico e fundamental.

Os investimentos previstos incluem sistemas de gestão e operação das modalidades lotéricas. Serão requisitadas certificações internacionais para garantir a disponibilidade, segurança e idoneidade do sistema, que deverá ser proibido para menores de 18 anos.

O projeto de loteria estadual deve trazer arrecadação de R$ 3,4 bilhões aos cofres públicos nos próximos 15 anos. O empreendimento prevê que os valores sejam investidos na área da Saúde.

A Arsesp (Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo) será a responsável por acompanhar a concessão e na fiscalização dos serviços concedidos.

LIBERAÇÃO DO STF

O modelo estadual de loterias foi liberado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020, que entendeu que a União não poderia monopolizar o serviço. Em São Paulo, o sistema foi aprovado em 2022 pela Assembleia Legislativa (Alesp) com objetivo de trazer novas fontes de financiamento para equipamentos públicos na Saúde e Educação, por exemplo.

PPI-SP

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI-SP) visa atrair investimentos privados, com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços públicos à população, ampliando as oportunidades de negócios, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 42ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 42ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da* 42ª Emissão *da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 02/07/2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder waiver pela não celebração e apresentação tempestiva das Notas de Cessão previstas na cláusula 1.3 do Instrumento Particular de Contrato de Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças, celebrado entre a Securitizadora e a Binatural Bahia Ltda. em 06 de abril de 2023 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), desde agosto de 2023 até a presente data; (ii) Alterar a Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão, a fim de que as Notas de Cessão sejam celebradas semestralmente, no último Dia Útil de janeiro e julho de cada ano; (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA BINATURAL", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 11 de junho de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 24 de junho de 2024, às 12:00 (doze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de renúncia prévia conforme previsto na Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização, referente à eventual configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (xvii) e 7.6.2 (xvi) do Termo de Securitização, em decorrência da ação de desapropriação direta por utilidade pública com pedido liminar de imissão na posse, aforada pelo município de Itajaí, que tramita na Vara da Fazenda Pública da comarca de Itajaí-SC sob autos eletrônicos nº 5004358-38.2024.8.24.0033 ("Desapropriação Parcial"), tendo por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob nº 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizadora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339,048m2 (trezentos e trinta e nove mil, quarenta e oito metros quadrados); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula "*ad judicia*", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos da Desapropriação Parcial, dispensando a Securitizadora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 13 de junho de 2024. **Amanda Regina Martins** - Diretora de Securitização e de Distribuição.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CRI DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 104ª EMISSÃO, EM 2 SÉRIES DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO A SER REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 104ª Emissão, em 2 (Duas) Séries, da Canal Companhia de Securitização, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares de CRI", sendo os CRI da primeira série "CRI Primeira Série", os CRI da segunda série "CRI Segunda Série" e, quando em conjunto "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 104ª Emissão, em 2 (Duas) Séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Companhia Imobiliária de Brasília Terracap*", celebrado em 21 de maio de 2024 ("Termo de Securitização"), conforme aditado em 28 de maio de 2024, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares de CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **01 de julho de 2024**, às **10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** o distrato parcial da Cessão Fiduciária mediante a exclusão dos créditos indicados no Anexo A ao presente Edital ("Novos Créditos Imobiliários"), mediante a alteração do Anexo III ao "*Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*" e do Anexo VI ao "*Termo da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 2 (Duas) Séries, com Garantia Real, para Colocação Privada, Companhia Imobiliária de Brasília Terracap*" ("Escrituras Públicas de Compra e Venda Distratadas"); **(ii)** a cessão definitiva, pela Emitente à Emissora, dos Novos Créditos Imobiliários e a emissão de uma cédula de crédito imobiliário integral, sem garantia real, sob a forma escritural para representar os Novos Créditos Imobiliários ("Nova CCI"); **(iii)** a criação de uma terceira série dos CRI, mediante a vinculação dos Novos Créditos Imobiliários, representados pela Nova CCI cujas características estão descritas no Anexo B abaixo ("Nova Série"), a qual integrará o patrimônio separado, sendo que os Novos Créditos Imobiliários e a Nova Série integrarão a definição das Obrigações Garantidas (previstas nos Documentos da Operação) e compartilhará das mesmas Garantias outorgadas; **(iv)** a alteração das Despesas em razão da emissão Nova Série, conforme Anexo C abaixo, mediante a alteração do Anexo III ao Termo de Emissão; **(v)** a autorização para que a Emissora, em conjunto com a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), tomem todas e quaisquer medidas necessárias para a criação da Nova Série, incluindo, mas não se limitando, à celebração dos instrumentos necessários, ao aditamento dos Documentos da Operação, bem como qualquer ato necessário perante a CVM e a B3. As convocações da Assembleia Especial de Titulares de CRI, será disponibilizada, por meio do sistema de envio de Informações Periódicas Eventuais da CVM e veiculados na página da Securitizadora na rede mundial de computadores – Internet (https://www.canalsecuritizadora.com.br/), na forma do artigo 26, do parágrafo 5º do artigo 44, do artigo 45, do inciso IV, alínea "b" do artigo 46 e do inciso I do artigo 52 da Resolução CVM 60 e conforme parágrafo 3º do artigo 30 da Lei nº 14.430. A Emissora avisará o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação na mesma data da sua ocorrência. Na mesma data da publicação deste Edital, este será ***(a)*** encaminhado pela Emissora, na forma do artigo 26 da Resolução CVM 60, aos Titulares de CRI e/ou aos custodiantes do respectivo Titular de CRI, por meio de comunicação eletrônica (e-mail), cujas as comprovações de envio e recebimento valerão como ciência da publicação, observado que a Emissora considerará os endereços de e-mail dos Titulares de CRI, conforme informado pela B3 e/ou pelo Escriturador dos CRI e ***(b)*** encaminhados ao Agente Fiduciário. A Assembleia de Titulares de CRI instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRI que representem a maioria dos presentes, conforme artigo 28 da Resolução CVM 60. As deliberações em Assembleia de Titulares de CRI serão tomadas pelos votos favoráveis, em primeira convocação por Titulares de CRI que representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, por Titulares de CRI que representem a maioria dos Titulares de CRI presentes na respectiva assembleia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares de CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para juridico@canalsecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação CRI, da 104ª Emissão, em 2 Séries, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular de CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares de CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos juridico@canalsecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (https://www.canalsecuritizadora.com.br/) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular de CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular de CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular de CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização.

São Paulo, 11 de junho de 2024. **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Anexo A - Disponível no site da Emissora: https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560)

Anexo B - (Disponível no site da Emissora: https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560)

Anexo C - (Disponível no site da Emissora: https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/24e220560)

FRANÇA

Macron defende decisão sobre eleições e fala em derrotar extrema direita

O presidente francês, Emmanuel Macron, defendeu sua decisão de convocar eleições parlamentares de urgência após a derrota esmagadora de seu partido na votação do Parlamento Europeu, insistindo, ontem, que os eleitores acabarão escolhendo o "bloco progressista" em vez da extrema direita. O segundo mandato de Macron vai até 2027 e ele aproveitou para dizer que não renunciaria antes.

O líder francês disse que sua decisão de convocar eleições antecipadas - a votação ocorrerá em dois turnos, nos dias 30 de junho e 7 de julho - demonstrou sua "confiança" no povo francês. Ele instou políticos moderados da esquerda e da direita a se reunirem com sua própria aliança centrista para derrotar a extrema-direita.

"Eu acho que os franceses são inteligentes, eles veem o que está sendo feito, o que é coerente e o que não é, e eles sabem o que fazer", disse Macron. Ele acrescentou: "Eu não acredito de forma alguma que o pior possa acontecer. Veja, sou um otimista incansável", falou em sua primeira coletiva de imprensa desde sua surpreendente decisão de domingo de dissolver a Assembleia Nacional, a câmara baixa do parlamento francês, após o triunfo do partido de extrema direita Reunião Nacional de Marine Le Pen na votação para o Parlamento Europeu.

Alianças potenciais e o sistema de votação em dois turnos da França nas eleições nacionais tornam o resultado da votação altamente incerto. Partidos de oposição à esquerda e à direita têm se apressado para formar alianças e lançar candidatos na votação legislativa antecipada.

Embora as diferenças acentuadas entre os partidos permaneçam de um lado ou de outro do espectro político, figuras proeminentes que pedem uma frente unida parecem ter uma coisa em comum: eles não querem cooperar com Macron.

Apesar de suas divisões, os partidos de esquerda concordaram no final de segunda-feira em formar uma aliança que inclui os Verdes, os Socialistas, os Comunistas e a França Insubmissa de extrema esquerda.

Le Pen está trabalhando para consolidar o poder à direita em esforços para traduzir o triunfo europeu em uma vitória nacional e se aproximar de reivindicar o poder. Seu partido deve ganhar a maioria dos assentos franceses no Parlamento Europeu, potencialmente até 30 dos 81 da França.

CODEVASF

PF indicia Juscelino Filho por corrupção em desvios

PEPITA ORTEGA
E TÁCIO LORRAN/AE

A Polícia Federal (PF) finalizou as investigações sobre desvio de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e indiciou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. A corporação imputa ao ministro supostos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O relatório da investigação aportou no gabinete do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, na terça-feira passada. Agora, o ministro deve remeter os autos para a Procuradoria-Geral da República, para que ela se manifeste sobre uma eventual denúncia no caso ou peça novas diligências.

O indiciamento se dá na esteira da Operação Benesse, fase ostensiva da investigação que foi aberta em setembro de 2023. Na ocasião, a PF mirou a irmã de Juscelino, a prefeita afastada de Vitorino Freire (MA) Luanna Rezende. A corporação chegou a solicitar buscas contra Juscelino Filho ao ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, mas a solicitação foi negada.

Em janeiro do ano passado, o Estadão revelou que Juscelino Filho direcionou R$ 5 milhões do orçamento secreto para a prefeitura de Vitorino Freire asfaltar uma estrada de terra que passa em frente à sua fazenda, no município maranhense.

A pedido de Juscelino, durante seu mandato como deputado federal pelo União Brasil, os recursos foram parar na prefeitura da irmã.

Loteada pelo Centrão, a Codevasf operacionalizou a distribuição de verbas do orçamento secreto. Ao menos quatro empresas de amigos, ex-assessoras e uma cunhada do ministro ganharam mais de R$ 36 milhões em contratos com a prefeitura de Vitorino Freire.

Em maio, uma auditoria interna da Codevasf concluiu que houve irregularidades em obras realizadas em Vitorino Freire com recursos indicados por Juscelino Filho.

A conclusão se deu após a análise de dois contratos que totalizam R$ 8,988 milhões e tratam da estrada do ministro e outras ruas da cidade maranhense. A auditoria também constatou pagamentos indevidos para empresa contratada para as obras.

JACQUES WAGNER

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda vai tomar uma decisão sobre o caso do ministro das Comunicações, Juscelino Filho.Wagner ainda disse que quem deveria tomar uma decisão sobre a permanência ou não de Juscelino no cargo é o União Brasil, partido ao qual o ministro é filiado.

AGRESSÃO

Conselho de Ética arquiva pedido de cassação contra Glauber Braga

JEAN ARAÚJO/AE

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados decidiu, ontem, arquivar o processo de cassação contra o deputado Glauber Braga (PSOL-RS) por quebra de decoro parlamentar após embate físico em sessão na Câmara dos Deputados.

Braga é acusado de agredir o deputado Abílio Brunini (PL-MT) no dia 8 de novembro de 2023, durante a sessão da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdades Racial, da Câmara. Na ocasião, os parlamentares discutiam sobre a Faixa de Gaza e Brunini interrompeu a reunião em defesa de Israel.

No dia 16 de abril deste ano, o psolista também protagonizou uma cena na qual expulsou da Câmara, aos chutes, um integrante do Movimento Brasil Livre (MBL). Na mesma data, ele também discutiu com deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP).

Após os ocorridos, o Partido Novo pediu a cassação de Braga pela agressão contra Brunini, que foi respondida pelo Conselho de Ética com a abertura de um processo.

O relator do caso, deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO), concluiu que não havia "justa causa" para prosseguir com a cassação e, em seu parecer, recomendou que arquivassem a ação. No total, 9 parlamentares votaram a favor do relatório e 4 contra.

A decisão ocorre uma semana depois do também arquivamento do caso de André Janones (Avante-MG), suspeito de ter cobrado de seus assessores uma devolutiva do salário para pagar despesas pessoais, prática conhecida como "rachadinha".

MORTE DE COMANDANTE

Hezbollah ataca Israel com 215 foguetes

A milícia xiita radical libanesa Hezbollah lançou 215 foguetes contra o território israelense ontem, em uma resposta à morte de um comandante sênior do grupo após um ataque de Israel na terça-feira passada. Taleb Sami Abdullah foi o comandante mais importante do Hezbollah a ser morto desde o início da última rodada de conflitos entre o grupo e Israel, que começou em outubro do ano passado após o ataque do grupo terrorista Hamas.

O grupo afirmou que deve continuar os ataques ao norte de Israel para vingar a morte de Abdullah. "Nossa resposta após a morte de Taleb Sami Abdullah será intensificar nossas operações em severidade, força, quantidade e qualidade", afirmou Hachem Saffieddine, um oficial do Hezbollah, durante uma cerimônia fúnebre de Taleb Sami Abdullah. "Deixe o inimigo esperar por nós no campo de batalha.

Os sucessivos ataques do Hezbollah começaram na manhã de quarta-feira com pelo menos 90 foguetes disparados contra diversas áreas do norte do país, incluindo cidades que ainda não haviam sido atingidas desde o início da guerra, como Tiberíades. Milhares de pessoas tiveram que ir para abrigos durante o feriado judaico de Shavuot.

Segundo o Exército israelense, a área do Monte Meron no norte também foi afetada, assim como muitos kibutzim na região. As Forças de Defesa de Israel (FDI) não registraram nenhum ferido, mas os ataques do Hezbollah criaram diversos incêndios em Israel e 25 unidades dos bombeiros foram chamadas para apagar as chamas.

O Hezbollah assumiu a responsabilidade pelo lançamento de foguetes e mísseis, alegando que o objetivo da milícia era atingir bases israelenses.

CONTRA HEZBOLLAH

O ataque israelense destruiu uma casa onde Abdullah e três outros oficiais do Hezbollah se reuniam, a cerca de 10 quilômetros da fronteira. "Abdullah foi um dos comandantes mais graduados do Hezbollah no sul do Líbano, que planejou, avançou e executou um grande número de ataques contra civis israelenses", segundo um comunicado do Exército.

Um oficial do Hezbollah afirmou à Associated Press que Abdullah estava encarregado de grande parte da frente Líbano-Israel, incluindo a área voltada para a cidade israelense de Kiryat Shmona, que o Hezbollah atacou repetidamente nos últimos dias.

"É natural que Taleb fosse um alvo permanente", disse Saffieddine, acrescentando que Abdullah participou de diversas operações militares do Hezbollah, incluindo a guerra de 34 dias entre Israel e o grupo libanês em 2006.

Outro funcionário do Hezbollah, que conversou com a Associated Press sob condição de anonimato, disse que Abdullah era o comandante da Unidade Nasr do grupo, responsável por partes do sul do Líbano perto da fronteira israelense.

A nova rodada de violência entre Israel e o Hezbollah já deixou mais de 400 mortos do lado libanês, a maioria membros do Hezbollah, mas também cerca de 70 civis. Do lado israelense, 15 soldados e 10 civis foram mortos desde o início da guerra em Gaza.

GUERRA EM GAZA

O novo conflito entre Israel e o Hezbollah começou após o início da guerra entre Tel-Aviv e o grupo terrorista Hamas. No dia 7 de outubro, terroristas do grupo invadiram o território israelense, mataram 1.200 pessoas e sequestraram 250. Em resposta, Israel iniciou uma guerra no enclave palestino com invasão terrestre e bombardeios aéreos que já deixou mais de 36 mil mortos, segundo o ministério da Saúde de Gaza, que é controlado pelo Hamas e não diferencia terroristas e civis.

O Hezbollah é aliado do grupo terrorista Hamas e passou a realizar ataques periódicos a Israel após o início da guerra. Os dois grupos, assim como os Houthis no Iêmen e outras milícias no Iraque, são patrocinadas militarmente e economicamente pelo Irã.

ESTUPRO LEGAL

Câmara aprova urgência de projeto que equipara aborto a homicídio

LEVY TELES/AE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a urgência de votação para um projeto de lei que equipara ao crime de homicídio o aborto realizado após 22 semanas de gestação e com viabilidade do feto, mesmo quando a mulher grávida tenha sido vítima de estupro, em uma iniciativa de enfrentamento ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A votação aconteceu de modo simbólico e sem que o nome do projeto fosse citado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Alguns parlamentares sequer perceberam o que estava sendo definido. Houve reclamações sobretudo do PSOL, que é contrário à iniciativa.

O projeto tem o apoio da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e da bancada da bala, três dos grupos mais conservadores do Legislativo brasileiro. A votação de urgência acelera a tramitação do projeto.

Com a urgência aprovada, a matéria é analisada diretamente no plenário, sem precisar passar antes por discussões em comissões temáticas da Câmara. A expectativa do autor da proposta, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), e do presidente da FPE, Eli Borges (PL-TO), é que o mérito seja votado na semana que vem.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), porém, disse terça-feira que o compromisso que fez foi apenas de pautar o requerimento de urgência do projeto. "Nada é reação a nada. A bancada evangélica, cristã, católica tem essa pauta antiaborto na Casa. Não é novidade para ninguém. Eu apenas comuniquei no colégio de líderes que havia sido feito um pedido de votação de urgência de um projeto para se discutir o tema", disse o presidente da Câmara a jornalistas.

Essa é mais uma frente de confronto entre a ala conservadora do Congresso Nacional contra o STF. Em maio, o ministro do Supremo Alexandre de Moraes determinou a suspensão da resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que proibia médicos de realizarem o procedimento de assistolia fetal em gestações com mais de 22 semanas resultantes de estupro.

A técnica, feita em casos de aborto legal, consiste na injeção de uma substância que provoca a morte do feto para que depois ele seja retirado do útero da mulher. A resolução dificulta a interrupção da gestão, já que o método é considerado essencial para o procedimento.

O CFM entrou com recurso e afirmou que o processo deveria ter sido distribuído ao ministro Edson Fachin, que já é relator de uma ação sobre o aborto legal e, na avaliação da entidade, tem preferência para julgar o caso.

BANDIDOS NA LINHA

Câmara aprova projeto que acelera tramitação de punições para os deputados 'brigões'

LEVY TELES/AE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a proposta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que cria a suspensão cautelar de até seis meses de deputados que quebrem o decoro. Essa decisão caberia à Mesa Diretora, comandada justamente por Lira. No texto da nova proposta, que teve o apoio de 400 parlamentares contra a recusa de 29 e uma abstenção, em até cinco dias após ocorrer uma transgressão do Código de Ética e Decoro, a Mesa Diretora oferece uma proposta de suspensão do congressista ao Conselho de Ética, que votará o caso em até três dias, sob prioridade extrema.

Caso o Conselho aprove, o deputado pode recorrer ao plenário da Câmara em sessão imediatamente subsequente em votação ostensiva. A Mesa também pode recorrer, caso decida por não suspender. No plenário, é preciso a maioria absoluta, isto é, que 257 deputados chancelem a decisão.

Se o Conselho não decidir, a matéria é automaticamente enviada ao plenário, que também precisará de maioria absoluta para aprovar a suspensão do mandato.

Nota

FUNDADOR DO MST AFIRMA QUE LULA ESTÁ EM DÍVIDA COM A REFORMA AGRÁRIA E DÁ NOTA 3 À GESTÃO

O economista e fundador do Movimento Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, afirma que o governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está em dívida com a reforma agrária. O líder do movimento que organiza invasões de terra pelo Brasil não vê avanço na política após um ano e meio do terceiro mandato do petista. "Desapropriação não avançou. O crédito para os assentados não avançou, nem o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). O Pronera é o negócio mais civilizatório que qualquer governo de direita pode fazer, porque é viabilizar o acesso dos jovens camponeses à universidade. Então, é uma vergonha. Não pode dizer que falta dinheiro", declara. Stedile é um apoiador de Lula e o MST trabalhou na campanha eleitoral que o elegeu como presidente em 2022.